

## Mercado S/A



**AMAURI SEGALLA**  
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

Um dado que chama a atenção diz respeito às despesas obrigatórias do governo federal, que vão subir R\$ 132,2 bilhões

### Nos EUA, home office será motivo para demissão

Algumas empresas decidiram declarar guerra contra o home office. O banco americano Goldman Sachs vai demitir 1,3 mil funcionários como parte de seu processo de corte de custos. Detalhe: a frequência ao escritório será determinante para a definição dos que acabarão dispensados. Não se trata de um caso único. Recentemente, a empresa de computadores Dell informou que só serão promovidos aqueles que abrirem mão da atividade remota. No Brasil, muitos profissionais sofrem o mesmo tipo de pressão.

### JBS usa inteligência artificial para reduzir acidentes de trânsito

A inteligência artificial avança em várias áreas de negócios. O sistema de IA implementado pela TRS, transportadora da JBS, em sua frota de caminhões é capaz de identificar fatores de risco e evitar acidentes de trânsito. Ao detectar sinais como fadiga do motorista ou uso de celular ao volante, o programa emite uma mensagem de alerta dentro da cabine e, na sequência, aciona a central de monitoramento. Desde a implementação da ferramenta, em 2022, os alertas evitaram mil potenciais acidentes.

## Para zerar deficit, governo prevê R\$ 166,2 bilhões em receitas extras

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), apresentado ontem em detalhes pela equipe econômica, não deixa margem a dúvidas: o governo terá de suar a camisa para zerar o deficit em 2025. A conta, de fato, é salgada. Para chegar lá, serão necessários R\$ 166,2 bilhões em receitas extras. De onde virá o dinheiro? Entre outras iniciativas, o governo prevê aumento de impostos, acordos judiciais relativos a dívidas tributárias, corte de benefícios e reoneração integral da folha de pagamentos a partir do ano que vem. Do lado de corte de despesas, as metas, como sempre, são bem mais modestas, totalizando R\$ 25,9 bilhões. Nesse caso, a ideia é rever gastos do INSS e cortar benefícios do Bolsa Família, para citar apenas algumas medidas. Um dado que chama a atenção diz respeito às despesas obrigatórias do governo federal, que vão subir R\$ 132,2 bilhões. Isso explica por que é difícil fechar a conta.



MDAS/Divulgação

PATRICK T. FALLON



Oportunidades de negócios são como ônibus, sempre há outro vindo"

**Richard Branson**, empresário britânico que é dono de um conglomerado formado por 400 empresas de diversos setores

### Vero aposta as suas fichas nas capitais brasileiras

A Vero, empresa de telecomunicações com presença em nove estados brasileiros e 1,3 milhão de clientes, vai expandir os negócios para Belo Horizonte e Goiânia. Antes focada em cidades de pequeno e médio porte, principalmente no interior, a empresa agora está de olho nas capitais brasileiras. Com investimento inicial de R\$ 10 milhões, a empresa terá duas lojas próprias ainda neste ano, uma em cada cidade, e deverá gerar 500 empregos diretos e indiretos nos dois municípios.

**R\$ 700 MILHÕES**

é quanto o governo federal deverá arrecadar em 2024 com a "taxa das blusinhas", como ficou conhecido o imposto sobre compras internacionais de até 50 dólares.

### RAPIDINHAS

divulgação/Parmalat



A gigante francesa Lactalis, dona de marcas como Parmalat, Itambé, Batavo e Président, vai investir R\$ 100 milhões para ampliar as suas operações no Rio Grande do Sul. De acordo com a empresa, os aportes serão divididos entre as cinco plantas gaúchas pertencentes à companhia. Na última década, a Lactalis investiu aproximadamente R\$ 7 bilhões no Brasil.

Uma nova pesquisa realizada pela Thomson Reuters constatou que 66% dos profissionais fiscais e tributários acham que suas empresas devem aumentar os investimentos em tecnologia nos próximos dois anos para facilitar a transição para o novo regime tributário no Brasil. A tecnologia otimiza tempo, reduz custos e garante conformidade durante a transição tributária.

A Porto Seguro ampliou o portfólio de serviços oferecidos aos seus segurados no segmento de automóveis. Entre eles, constam reparos em adegas residenciais, ajustes em móveis e consertos de equipamentos de ar-condicionado, além da possibilidade de o segurado acessar o serviço de reparos do lar mesmo em residências de terceiros.

Errata: ao contrário do que a Coluna publicou no último 30 de agosto, apenas o maior supercomputador, entre os cinco novos que a Petrobras está comprando, tem a capacidade de processamento de 10 milhões de celulares e 200 mil notebooks.

## ORÇAMENTO

# Fazenda em busca de apoio

Durigan, secretário-executivo do Ministério disse que espera parceria do presidente da Câmara para elevar arrecadação

» RAPHAEL PATI

Em resposta ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), que afirmou ser "quase impossível" aprovar o aumento de imposto sobre o lucro das empresas e sobre os valores recebidos por acionistas, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, disse ontem que espera o apoio de Lira para avançar com a ideia proposta pelo governo federal para o orçamento do ano que vem.

"O presidente Lira — justiça seja feita — talvez seja um dos grandes parceiros da agenda econômica. No ano passado, todas as nossas agendas foram tratadas de maneira muito responsável, seja com ele, seja com os líderes da Câmara. Lira é muito parceiro e vai entender os nossos números e projeções e nos ajudar com alternativas", comentou Durigan, em entrevista coletiva.

O secretário disse que Lira tem "compromisso com a estabilidade fiscal" do Brasil e acrescentou que a equipe econômica está disposta a construir alternativas para aperfeiçoar o projeto. A medida para aumentar a carga tributária de empresários vem sendo duramente criticada pelo setor.

"Na tributação da renda, já temos uma das mais elevadas alíquotas corporativas, e, com este aumento, teremos uma carga ainda maior. No consumo, segundo as últimas estimativas do Ministério da Fazenda, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) ficará em 28%, o mais alto de que se tem conhecimento", sustentou a Associação Brasileira das

Companhias Abertas (Abrasca), em nota. A entidade estima que a medida pode tornar o Brasil o país com a carga tributária "mais alta do mundo".

Sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual, Durigan informou que a pasta trabalha para levar ao Congresso Nacional medidas de compensação para o rombo da desoneração da folha de pagamento em 17 setores da economia e dos estados. Durante a coletiva, o número 2 da Fazenda revisou a previsão anualizada deste deficit, de R\$ 16 bilhões para R\$ 20 bilhões.

De acordo com o secretário, a medida proposta pelo Congresso foi compensar, a curto prazo, a desoneração. Por conta disso, novas medidas serão necessárias para garantir sustentabilidade ao Orçamento, a exemplo da taxa sobre Juros Sobre Capital Próprio (JCP) e de outras propostas que elevam a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

O próximo desafio da equipe econômica será diminuir o tamanho do rombo para o próximo ano, com medidas para compensar o deficit de 2024. Na visão do secretário, há a possibilidade concreta de uma medida neste sentido ser aprovada apenas em 2025.

Durigan ainda minimizou críticas a respeito dos projetos para aumentar a carga tributária como forma de compensar a desoneração, e sustentou que o objetivo principal é garantir o equilíbrio fiscal do país. "Vamos continuar a perseguir a meta de reequilibrar o orçamento de agora até fim de mandato", disse o secretário.

Washington Costa



Dario Durigan afirmou que governo quer construir alternativas para aumentar a arrecadação

## CMO espera diminuição de gastos

» RAFAELA GONÇALVES

O presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) do Congresso Nacional, deputado Júlio Arcoverde (PP-PI), manifestou preocupação com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, detalhado ontem por técnicos dos ministérios do Planejamento e da Fazenda.

O texto foi encaminhado pelo

governo federal ao Legislativo na última sexta-feira. Em nota, divulgada ontem, Arcoverde criticou o "foco na arrecadação de impostos". O deputado afirmou que vai esperar receber o projeto do presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para se reunir com o relator-geral, senador Angelo Coronel (PSD-BA), e com os 16 relatores setoriais.

"Entretanto, já manifesto minha preocupação com o foco da

proposta na arrecadação de impostos, e não na priorização da melhoria da gestão pública, da eficiência nos gastos e da redução da carga tributária que são fundamentais para gerar empregos, criar oportunidades e aumentar a confiança dos investidores", disse.

O parlamentar afirmou ainda que não serão aceitas medidas "que comprometam o desenvolvimento econômico pleno e a estabilidade financeira do Brasil".

"Nosso compromisso é garantir uma avaliação criteriosa, responsável e transparente do Orçamento, assegurando que ele reflita as prioridades reais do país e esteja alinhado com os interesses da população", afirmou.

A Constituição Federal define que, antes de ser votado em sessão conjunta do Congresso Nacional, o projeto orçamentário deve ser debatido na CMO. Lá são feitos os relatórios setoriais.



O presidente Lira — justiça seja feita — talvez seja um dos grandes parceiros da agenda econômica. No ano passado, todas as nossas agendas foram tratadas de maneira muito responsável, seja com ele, seja com os líderes da Câmara"

**Dario Durigan**, secretário-executivo do Ministério da Fazenda